



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6534 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: FUNÇÕES E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Danilo Cícero Rodrigues de Lima - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Edilene Ferreira de Sena - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Antonio Wherbty Ribeiro Nogueira - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Agência e/ou Instituição Financiadora: NÃO

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: FUNÇÕES E PARTICIPAÇÃO POPULAR

1 INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil a gestão escolar tem sido motivo de discussão dos programas direcionados às políticas públicas educacionais, haja vista, a implantação de programas que passaram a valorizar uma educação de caráter crítico e democrático com perspectiva de transformação social.

Nos últimos vinte anos, as políticas educacionais tem direcionado uma atenção especial para a implantação de uma gestão escolar de caráter descentralizador e ao mesmo tempo participativo. Em função disto, tem se esboçado iniciativas em busca de resultados quanto ao desempenho escolar dos alunos.

A descentralização da gestão escolar veio para facilitar a integração da sociedade com a escola, buscando aumentar a participação dos alunos, dos pais, da comunidade local, dos professores e colaboradores, com intuito de melhorar os índices educacionais (matrícula, permanência e aprovação).

A ideia de participação coletiva dos sujeitos está relacionada à busca por soluções educacionais dentro dos limites de suas ações e possibilidades, procurando soluções rápidas, eficazes e condizentes com as situações específicas da realidade local.

Nos escritos de Libâneo (1990), Freire (1987) e Giroux (1986), teóricos defensores da gestão escolar democrática, o sistema educacional descentralizado seria economicamente

mais eficiente do que um sistema centralizado. Nesse sentido, cabe aos atores escolares saberem suas reais funções e grau de participação, para que as tarefas escolares sejam bem distribuídas e que todos participem coletivamente das decisões a serem tomadas. Contudo, muitas vezes as funções escolares são deliberadas de forma a sobrecarregar uma única pessoa ou grupo, como por exemplo, os professores que exercem ações multifuncionais (ensino-aprendizagem, funções administrativas, de coordenação pedagógica, entre outras).

Muitas vezes professores, coordenadores, secretários e diretores exercem múltiplas funções ou acúmulo de cargos, que poderiam ser compartilhadas com os diversos segmentos da escola. Foi observando a centralização da gestão escolar em algumas instituições da rede pública de ensino do estado do Ceará, que propomos pesquisar sobre as funções e participação de professores, alunos, funcionários e comunidade local no cotidiano da escola. Nesse sentido, a centralidade na gestão sobrecarrega indivíduos ou grupos, precarizando a administração dos recursos voltados para a aprendizagem.

Diante da problemática apresentada questionamos: a gestão democrática é um canal de participação dos atores escolares e locais? A comunidade pode causar impactos na qualidade do ensino?

Tendo em vista a problemática acima apresentada propomos estudar a gestão escolar tendo como objetivo geral: Investigar a gestão escolar, numa perspectiva de escola democrática, com o objetivo de discutir as funções e o grau de participação dos pais, alunos e da comunidade local nas tomadas de decisões da escola. Para alcançar tal objetivo foi necessário: (a) averiguar o envolvimento da comunidade escolar nas atividades desenvolvidas na escola; (b) evidenciar os aspectos de uma gestão escolar de caráter democrático.

A concepção metodológica que norteou o estudo apresentado levou em consideração a importância das especificidades das escolas públicas e as relações dos atores escolares. Esse trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica com revisão de literatura acerca da gestão escolar, com as contribuições de autores como Freire (1987), Libâneo (1990), Giroux (1986) e Martins (1997).

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

A gestão democrática contribui para a formação de um sistema de ensino mais dinâmico e participativo. Tendo como base essa concepção, dialogamos com alguns documentos educacionais do Brasil para compreender a temática no âmbito educacional.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), artigo 105:

“a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal determina ainda em seu artigo 211 que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino” (BRASIL, 1988), tendo como um de seus princípios básicos a gestão

democrática do ensino público (Art. 206. CF/88).

Quanto às escolas, essas exercem um papel importante no contexto educacional, pois, estão diretamente envolvidas com seus atores - professores, alunos, comunidade escolar e colaboradores. Nesse cenário, a gestão escolar emerge como um núcleo fundamental para o desenvolvimento das atividades educacionais das escolas, já que assume um papel importante na luta contra o fracasso escolar - evasão, reprovação, abandono.

É função da escola, de acordo com as LDBEN nº 9.394/96, através do seu artigo 12º “elaborar e executar sua proposta pedagógica”, além de, “informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento escolar dos alunos”. Numa perspectiva de gestão democrática, espera-se que a escola ofereça o direito de participação iguais para estudantes, professores, funcionários e comunidade local.

Dessa forma, compreende -se que o professor, como mediador do conhecimento, exerce um importante papel no contexto educacional. Todavia, ele não pode ser sobrecarregado de atribuições, como acontece em muitas instituições de ensino, onde o professor exerce funções de administrador, coordenador, psicólogo, assistente social, entre outros.

O professor é corresponsável pela escola, cabendo-lhe a função de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino ao qual está vinculado, além de elaborar e cumprir com o plano de trabalho estabelecido.

Para Giroux (1986) a escola tem fundamental importância na formação da consciência social, podendo mudar o modelo de ideologia dominante através do senso crítico. Essa concepção teórico-crítica exerceu grande influência sobre o pensamento pedagógico brasileiro da década de 1970. Ainda segundo o autor,

“É este exercício inadiável que temos à frente: colocar sob a força da análise reflexiva e criativa a realidade para recriar uma Teoria Crítica que questione a educação que aí está, no espaço macro da sociedade e nas salas de aula, na tentativa de abrir perspectivas concretas e históricas de uma formação cultural autêntica” (GIROUX p.12 1986).

Numa visão radical da escola, Giroux (1986) acredita que os professores “devem lutar para tornar possível a democracia escolar”, dando voz aos grupos fora desse ambiente, no controle e participação no currículo e na política escolar. Os professores devem no processo de democratização da escola, formar alianças com outros professores, para promover novas formas de relações sociais e modos de pedagogia no espaço educacional.

Para Giroux a escola deve ser um espaço central, onde poder e política operam a partir de uma relação dialética entre indivíduos e grupos, que funcionam dentro de condições históricas que impõe limites estruturais específicos, bem como dentro de formas culturais e ideológicas que são a base para as contradições educacionais e sociais que legitimam a luta contra o sistema excludente.

A palavra democracia de acordo com o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2003) quer dizer: governo do povo; soberania popular; doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e na distribuição equitativa do poder. Quando falamos em gestão democrática na escola pressupõe uma possibilidade de participação do conjunto dos

membros da sociedade em todos os processos decisórios que dizem respeito à vida cotidiana da escola. Para Libâneo (1994), a escola precisa tornar-se democrática para formar cidadãos verdadeiramente preparados para assumir seu papel em uma sociedade que alcance a democracia em toda sua plenitude.

É necessário que a escola tenha uma educação dialógica ativa, orientada para a responsabilidade social e política, caracterizando-se pela profundidade na interpretação dos problemas (FREIRE, 1998). Nesse sentido, deve possibilitar aos seus atores a discussão e inserção de suas problemáticas.

A escola, enquanto agente difusor de conhecimento e socialização, precisa mudar sua estrutura, gerando uma participação efetiva da sociedade em todos os processos educacionais, integrando comunidade e escola.

É importante ressaltar que a ação democratizante no interior da escola ocorre pela transformação das práticas sociais que se desenvolvem no seu interior, tendo em vista a necessidade de se ampliar os espaços de participação social.

Uma escola democrática funda-se numa gestão participativa, oportunizando a atuação de estudantes, professores, colaboradores e comunidade. Desse modo, a gestão escolar democrática pressupõe autonomia, descentralização do poder, representatividade social a partir dos conselhos e colegiados, controle social da gestão escolar, escolha dos dirigentes escolares por processo de eleição e a abrangência da participação dos que nela atuam ou interferem. Nesse contexto, Martins (1997, p.42) esclarece que:

“A escola é o lugar de entrecruzamento do projeto coletivo da sociedade com projetos existenciais de alunos e professores, é ela que torna educacionais as ações pedagógicas, à proporção que as impregna com as finalidades políticas da cidadania, aonde a construção de cidadania envolve um processo ideológico de formação de consciência e de reconhecimento desse processo em termos de direitos e deveres.”

Desse modo, o autor nos ajuda a compreender que o projeto coletivo desenha a proposta político-pedagógica da escola. Assim, acredita-se que a participação da comunidade é parte importante no processo de desenvolvimento da cidadania e pode trazer contribuições para a melhoria da qualidade do ensino e da escola.

Quando um diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico assumem sua função na escola, os mesmos devem entender que o papel de um o gestor democrático é buscar a articulação das diferentes pessoas que fazem a escola em torno de uma educação de qualidade, o que implica uma liderança democrática, capaz de interagir com todos os segmentos da comunidade escolar, já que:

“Democracia também quer dizer liberdade na escolha dos dirigentes, do líder, por isso é fundamental que tal escolha seja feita por via de eleições e com a participação de todos. Nesse sentido, uma postura democrática leva a um melhor desempenho das atividades do processo educacional, envolvendo-se numa luta pela conquista dos direitos da cidadania e pela transformação social, persegue também a garantia do saber básico de qualidade para todos” (BOTLER 2007, p. 155).

É preciso entender que, para a escola desenvolver um ensino de qualidade é

importante que se tenha a participação de todos seus atores, através de discussões e tomadas de decisões. Nessa perspectiva de organização, todos os membros da comunidade escolar e extraescolar são considerados como sujeitos ativos do processo, de forma que sua participação deva acontecer de maneira aberta e com responsabilidade.

A escola democrática centra-se no princípio da igualdade e da liberdade, é um serviço público, direito de todos e dever do Estado. Nesse sentido, o desafio da escola é fazer do ambiente escolar um meio que favoreça a efetivação do processo de ensino e aprendizagem. A escola, no desempenho de sua função social formadora de sujeitos históricos, precisa ser um espaço de sociabilidade que possibilite a construção e a socialização do conhecimento produzido, tendo em vista que esses saberes não são dados a priori. Trata-se de conhecimento vivo e que se caracteriza como processo em construção.

A escola é a instituição que deve proporcionar a aquisição do saber sistematizado, nesse sentido, diz respeito ao conhecimento elaborado e não espontâneo. A escola serve para desenvolver as capacidades do aluno, fazer com que ele aprenda. Sua função social é ensinar os valores humanos para que saibam viver em sociedade. Ou seja, o papel da escola é formar cidadãos.

O estreitamento de laços entre escola e comunidade gera benefícios aos moradores e à própria comunidade escolar, além de restabelecer a relação de respeito e confiança com a escola e promover sua valorização junto à sociedade.

Participação social na escola é aqui compreendida como busca de diálogo, através da circulação de ideias levando em consideração as discussões de prioridades com a intenção consciente do benefício coletivo, assumindo responsabilidades com as mudanças para que cada um fale, se posicione e participe como sujeito ativo.

Portanto, compreende-se que um dos princípios da gestão escolar democrática é o da participação e, neste trabalho supomos que quando as ações da escola mobilizam a comunidade para participar, a escola vive plenamente os objetivos de todos (professores e comunidade), conduzindo a um melhor trabalho pedagógico, gerando resultados educacionais.

As escolas públicas no Brasil, em sua maioria, possuem um sistema convencional de ensino. A clientela possui um incipiente nível socioeconômico, com outras séries de problemas de estrutura familiar, acentuados por um baixo índice de escolaridade dos pais. A aparência geral de algumas escolas são ineficazes, visto que, há problemas de infraestrutura e falta de recursos didáticos como data show, computadores, DVD e outros.

Muitas escolas possuem um Projeto Político Pedagógico elaborado apenas pelo Núcleo Gestor, contradizendo os princípios norteadores de uma gestão democrática, já que o compromisso e planejamento participativo da comunidade escolar deve buscar uma efetiva melhoria educacional.

Numa escola dita democrática, acredita-se que o Projeto Político Pedagógico quando construído coletivamente serve para diagnosticar e solucionar problemas como: (1) evasão escolar; (2) deficiência na aprendizagem dos alunos; (3) ausência dos pais na vida escolar dos estudantes; (4) controle em relação aos livros e materiais que chegam à escola, entre outros (LIBÂNEO 1990).

Na construção de uma escola verdadeiramente democrática é de suma importância que os atores tenham um desempenho satisfatório no sentido de representar o pensamento e as ideias de seu segmento. Mas, o que se observa, é que os mesmos não apresentam interesse em participar da dinâmica da escola.

A ausência dos responsáveis pelos alunos, se dá de modo gradativo em relação ao nível educacional dos estudantes. Isso mostra não apenas o grau de participação dos pais na escola, como também revela o desinteresse na vida escolar dos alunos. Essa consiste em uma afirmação preocupante, tendo em vista que são crianças que dependem da supervisão de um adulto para guiá-lhes nas atividades do cotidiano. Em um entrevista a Revista Nova Escola, uma professora de 5º ano afirma que:

“[...] a participação dos pais na escola é pra ser prioritária, mas quem sustenta a escola é a boa vontade do professor. Os pais querem qualidade na educação, mas não participam do dia a dia da escola, nem acompanham o desempenho de seus filhos. Eles querem apenas resultados, sem se importarem com o processo. A visão da escola pública está mudando, mas ainda falta muito” (Revista Nova Escola, 2008).

A declaração da educadora mostra desconforto quando a participação dos pais nas atividades escolares. Quanto a isso, lembramos que a polarização dos apontados como culpados (escola x pais) é discutida há bastante tempo e ocupa lugar comum nos debates educacionais. Na realidade, ambos possuem parcelas de culpa na cultura do fracasso escolar. Exemplo disso, consiste na ausência de participação dos pais nas reuniões escolares, como também há pouca articulação dos professores, uma vez que nem todos comparecem às reuniões.

Outro fato interessante é que a escola não estimula a participação da comunidade nas atividades escolares. Eventos internos como a páscoa, festa junina, são planejados e executados apenas pelos funcionários e professores. A participação dos pais e alunos acontece somente na data do evento, como expectadores.

A participação das famílias na educação formal dos estudantes pode ir muito além do acompanhamento de boletins e conversas com professores. O envolvimento direto dos pais no dia a dia da escola, acompanhando questões ligadas à administração e ao ensino, pode ser vital para a melhoria da educação - os conselhos escolares são ótimas formas de fazer isso acontecer. Já que por meio do conselho, é possível envolver a comunidade e estimulá-la a presenciar os estudos dos seus filhos e o que está acontecendo na escola.

Entendemos que a participação da comunidade representa um meio de grande importância para a escola. Esta deve envolver as famílias dos alunos, promovendo a integração desses pais não apenas nas reuniões (que avaliam o comportamento e o desenvolvimento dos seus filhos), mas na construção de uma proposta pedagógica que esteja de acordo com a cultura da comunidade.

3 CONCLUSÃO

Esta pesquisa procurou estudar a gestão escolar, numa perspectiva de escola democrática, com o objetivo de discutir as funções e o grau de participação dos pais, alunos e comunidade local nas tomadas de decisões da escola.

A revisão de literatura trouxe elementos importantes para refletirmos e compreendermos que a participação na escola é vista tanto por pais, alunos e professores apenas com a finalidade de informação a respeito de notas e comportamento. Nesse sentido,

restringe o entendimento do valor da interação deste momento do seu real objetivo, qual seja, a busca pela formação global do aluno através de uma educação de qualidade via participação plena dos envolvidos no processo escolar.

Concluimos que a participação da comunidade na gestão escolar vem sendo colocada de maneira também limitada já que deveria propiciar a participação mais efetiva da população nas atividades da escola, porém, não está servindo satisfatoriamente a essa função, em parte realizando apenas atividades de caráter formalista e informativo, já que os pais/responsáveis não participam de outros tipos de atividades, como também restringem suas presenças em reuniões de forma passiva. Esta conduta é vista tanto pelos professores, coordenador e diretor como negativa, gerando a opinião de que os pais/responsáveis pelos alunos são pessoas que não são presentes no ambiente escolar.

Entendemos que os professores não possuem clareza a respeito do seu importante papel na conscientização da comunidade, mostrando que participação escolar é mais do que comparecer às reuniões e participar de momentos festivos.

Em virtude do que foi mencionado, acreditamos que a efetivação da gestão democrática esteja atrelada à mudança na concepção a respeito das finalidades da educação, e não somente em alguns processos. É de suma importância que a comunidade escolar compreenda seu real valor nas tomadas de decisão da escola, que tenha um efetivo poder de decisão.

REFERÊNCIAS

BOTLER, Alice e TAVARES, Marina. **A proposição de normas na organização escolar: valores construídos ou determinados?** In BOTLER (Org). Organização, financiamento e gestão escolar: subsídios para a formação do professor. Recife: EDUFPE, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias de reprodução**. Tradução Ângela Maria B. Biaggio. Petrópolis, 1986.

GIROUX, Henry. **Pedagogia Radical: subsídios**. Tradução de Dagmar M. L. Zibas. São Paulo: Cortez. 1983.

MARTINS, Rosilda Baron. **Escola cidadã do Paraná: análise de seus avanços e retrocessos**. Campinas: Unicamp, 1997.

LIBÂNEO, José C. **Didática**. São Paulo, 2011 (1ª. Ed. 1990).

